

PEDAGOGIA NA CLÍNICA TRILHANDO OS CAMINHOS DA INCLUSÃO

Patrícia Carla da Hora Correia*
Esmeraldo Alves dos Santos Sobrinho**
Daniela Fernanda da Hora Correia***

Resumo: *O Projeto Pedagogia na Clínica: Trilhando os caminhos da inclusão, é realizado pela Faculdade Adventista da Bahia em um trabalho de parceria com as Faculdades de Fisioterapia e Pedagogia daquela instituição. O objetivo é trabalhar com as crianças com Paralisia Cerebral, oriundas dos municípios e povoados circunvizinhos à cidade de Cachoeira, no povoado de Capoeiroçu, local onde fica a Faculdade. É um trabalho que começou desde 200,1 contribuindo para o desenvolvimento ético, social, religioso e educacional de várias famílias e que busca trabalhar em prol de uma sociedade inclusiva. Acredita-se que o desenvolvimento da criança com necessidade educativa especial esteja intimamente ligado ao meio social de forma dinâmica, através de rupturas e desequilíbrios provocando contínuas reorganizações. Busca-se a construção de uma sociedade inclusiva, com respostas humanizadoras, independentemente de suas condições e potenciais, os quais terão o direito às mesmas oportunidades de inserção, inclusão e realização psicossocial, respaldando a concepção do ser humano como um ser inacabado, conjunto de possíveis, feixe de possibilidades.*

Palavras-chave: Educação especial; Inclusão; Paralisia cerebral

Diante dos desafios que envolvem a educação hoje, a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais na escola, no lazer, no trabalho, constitui-se hoje relevância principal.

A inclusão é uma das grandes preocupações da sociedade, necessitando antes de mais nada de respostas humanizadoras que refletirão no presente e passado dos seres humanos. Vigotsky enfatiza que o homem só se torna homem em contato com outro homem. Neste sentido a educação deve buscar harmonizar as características inerentes a cada ser como a prerrogativa de uma sociedade, infelizmente nem sempre justa, que deve compreender o ser humano como possuidor de um potencial de aprendizagem, de um perfil intra-individual e de um repertório de comportamento que têm de ser maximizados e otimizados pelo próprio processo educacional.

Assim o **Projeto Pedagogia na Clínica: Trilhando os caminhos para a inclusão**, realizado pela Faculdade Adventista da Bahia em um trabalho de parceria com as Faculdades de Fisioterapia e Pedagogia, constitui-se uma necessidade de humanização das crianças com necessidades educativas especiais, mais precisamente, as crianças com Paralisia Cerebral que são atendidas pela Clínica-Escola daquela instituição.

Deste projeto participam crianças com Paralisia Cerebral oriundas do município de Cachoeira e cidades do seu entorno. É um trabalho de grande relevância social que começou

* Autora - Mestre em Educação Especial, Professora Assistente do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia do Departamento de Educação – Campus I/ UNEB. Coordenadora do Projeto Pedagogia na Clínica e Professora da Faculdade Adventista de Educação do Nordeste (FAENE/ IAENE). patydcorreia@aol.com.

** Co-autor - Especialista em Gestão e Planejamento Educacional. Professor e Coordenador da Faculdade Adventista de Educação do Nordeste (FAENE/ IAENE). esmeraldo_s@hotmail.com.

*** Co-autora - Especialista em Educação. Pedagoga e Professora de Língua Portuguesa. Coordenadora do Ensino Fundamental – Séries Iniciais (CEB – Ciclo de Estudos Básicos) na Secretaria de Educação do Município de Salvador. dandahora@bol.com.br.

desde 2001, contribuindo para o desenvolvimento ético, social, religioso e educacional de várias famílias e que busca trabalhar em prol de uma sociedade inclusiva.

A inclusão social dos indivíduos dar-se-á pela transformação das percepções que permeiam a comunidade, no contexto das relações que ali ocorrem e deve considerar não apenas os deficientes, em espaços ainda hoje não ocupados por eles no processo social. Trata-se da construção de um mundo inclusivo, onde as desigualdades não alcancem índices tão elevados.

O que justifica a inclusão como nova probabilidade não só para alunos com necessidades educativas especiais, mas para todos os alunos, é a busca da qualidade de ensino para as escolas, tanto públicas como privadas, com o objetivo de responder às necessidades de todos os seus alunos, e de buscar novas práticas, a fim de atender à diversidade. Como enfatiza Mantoan (1997, p.34)

E só se consegue assumir esse sucesso quando a escola regular assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada. Pois não apenas os deficientes são excluídos, mas também os que são pobres, os que não vão às aulas porque trabalham, os que pertencem a grupos discriminados, os que de tanto repetir desistiram de estudar.

Assim, é importante entender que esse processo amplo deve respaldar toda a concepção de homem, de vida do ser humano, pois incluir é estar aberto às diferenças, divergências e incoerências.

Variados documentos influenciaram o debate sobre a concepção da inclusão no Brasil. Dentre eles, podem ser citados a Declaração de Cuenca (1981), a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), o Informe Final do Seminário da UNESCO (1992), as Normas Uniformes sobre a Igualdade de Oportunidades (1993) e a Declaração de Salamanca. É importante destacar que a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e a Declaração de Salamanca são textos que enfatizam e fortalecem a educação para todos e a igualdade de oportunidade, independentemente de credo, raça e classe social.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos é um documento resultante de uma conferência que aconteceu na Tailândia, em 1990. Vários países se reuniram para essa conferência, a qual produziu um consenso mundial quanto ao compromisso de garantir o atendimento às necessidades básicas de aprendizagem a todas as crianças, jovens e adultos, enfatizando que "[...]a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro." Registra ainda que "[...] a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sábio, mais próspero e ambientalmente mais puro, e que ao mesmo tempo favoreça o progresso social, econômico e cultural[...]" (CARVALHO,2000a, p.41)

No Brasil, cresce o movimento de combate à exclusão, com variados autores – Carvalho (2000), Mazzota (1999), Santos (1997), Mantoan (1997), Coll (1995), Aranha (1994), Omote (1994), Glat (1994) e outros –, enfatizando essa questão.

Essa concepção se fortaleceu principalmente após a Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais realizada em Salamanca, na Espanha, em junho de 1994, com a presença de vários países. Nesse evento, foi discutido o direito de todos à educação:

O direito de toda criança à educação foi proclamado na Declaração de Direitos Humanos e ratificado na Declaração Mundial sobre Educação para todos. Toda pessoa com deficiência tem o direito de manifestar seus desejos quanto a sua educação, na medida de sua capacidade de estar certa disso. (p.17)

Enfatiza ainda que *"O princípio diretor será o de dar a todas as crianças a mesma educação, com a ajuda adicional necessária àquelas que a requeiram."* (p.17)

Assim, ao lado do conceito de Escola Inclusiva, nasce o de Sociedade Inclusiva, que destaca o respeito às diferenças. Essa mudança de perspectiva social vem sendo conclamada por algumas instituições e educadores. Rosita Edler Carvalho (2000b, p.101) afirma:

Inúmeros e complexos são os desafios à inclusão escolar de pessoas com deficiência. Por inclusão estou me referindo ao acesso, ingresso e permanência desses alunos em nossas escolas como aprendizes de sucesso e não como números de matrícula ou como mais uma sala de aula do ensino regular. Estou me referindo à sua presença integrada com os demais colegas, participando e vivendo a experiência de pertencer, isto é, 'estar no palco, sem ser herói ou vilão'.

Diante da atual política educacional que se tem no Brasil, é difícil ainda definir e implementar estratégias de ações para a inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais na sociedade, pois somente um grande esforço, iniciativa e vontade poderão desencadear essa inclusão.

Atualmente, no Brasil, são as organizações não governamentais as responsáveis pelos maiores esforços para a inserção dos deficientes à sociedade moderna. As entidades governamentais ainda estão longe de cumprir o seu papel, tanto em qualidade como em quantidade. Segundo Carvalho (2000b, p.103), esses são dois grandes desafios que merecem ser levados em consideração, pois *"[...]nem todos os municípios dispõem de atendimento educacional para alunos com deficiência, e, quando dispõem, não há ofertas equitativas para todas as manifestações da deficiência, seja a mental, sensorial, física, as motoras, a múltipla[...]"*

Urge redirecionar a relação quantidade *versus* qualidade, pois não será possível alcançar os objetivos da sociedade inclusiva se a própria escola não é inclusiva, como acentua Carvalho(2000b, p.105)

Quem pensa em quantidade de ofertas (para todos, em qualquer localidade e 'tipo' de deficiência) obrigatoriamente deve examinar o aspecto qualitativo, pois além de dispor do atendimento educacional, isto é, a escola, e nela, a vaga, há que considerar a qualidade das respostas educativas oferecidas. Este é o princípio fundamental das propostas inclusivas, pois não se trata, apenas de matrícula em escolas e sim garantir o direito de todos à aprendizagem de boa qualidade[...]

Infelizmente o sistema de ensino brasileiro ainda não conseguiu oferecer qualidade e quantidade. Entretanto isso não diz respeito somente à Educação Especial, mas também à Educação Regular, que carece de mudanças políticas, pedagógicas e estruturais que deverão ser implementadas na concepção e na estruturação da Educação Especial e, conseqüentemente, propiciar a inclusão. É importante, hoje, construir um novo conceito de escola e de Educação Especial, pois, na verdade, o especial, na Educação, devem ser os meios necessários para atender à diversidade, não tornando a escola homogênea, mas considerando a sua heterogeneidade.

A inclusão deve considerar não só os deficientes, porém as minorias, buscando uma qualidade de vida para todos, sem discriminações ou injustiças. Entretanto, o atual modelo econômico gera desigualdades de oportunidades e, conseqüentemente, a exclusão social. Ainda nesse sentido, Castelo Branco (apud CARVALHO, 2000b, p.1997) afirma:

A intervenção do Estado na vida urbana não se deu através de ações corretivas, do desenvolvimento desordenado do capital, mas através de ações de instalação, expansão e melhoramento de infra-estruturas necessária ao capital. Os acontecimentos concomitantes nas grandes cidades são carregados de tensões sociais e assinaladores de diferenças marcantes entre as classes.

Assim, como se poderá lutar por uma sociedade inclusiva com diferenças marcantes no sistema social, econômico e político? Torna-se bastante difícil a busca de seus papéis numa sociedade desigual. Será necessária uma transformação nas ações, concepções, conceitos e perspectivas do povo brasileiro, para que venha a lutar por uma vida com qualidade.

Diante de todo esse quadro, o Brasil está tentando, mesmo que em passos lentos, reverter essa situação. Pode-se atestar isso com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº 9394/96, em que a inclusão ganha um capítulo sobre a Educação Especial. Entretanto, leis, pareceres e resoluções, apenas pela sua existência, nada podem fazer. A questão é bastante complicada e envolve a subjetividade humana. Significa o exercício do respeito ao ser humano e ao cidadão, incluindo-se aí as atitudes diante das limitações e das diferenças e, principalmente, da valorização das potencialidades.

A presença da Educação Especial na Lei demonstra um avanço da educação em geral, pois enfatiza aspectos positivos em relação à Educação Especial e ao próprio ensino público. Por outro lado, a própria lei situa a Educação Especial como modalidade de educação, colocando-a como elemento à parte da educação comum, o que gera variados questionamentos (CARVALHO, 2000; MAZZOTTA, 1999), pois ambas deveriam fluir pelos mesmos caminhos, diferindo apenas nas adaptações curriculares para as diversas necessidades educativas especiais.

Nesse sentido, é importante reiterar que inclusão é um processo subjetivo, que necessita ser incorporado, para depois ser transformado em ações coerentes e reais para com a criança com necessidades educativas especiais. Essas ações devem ser oriundas de um processo crescente de aceitação das diferenças.

Portanto, ao discutir a questão da Inclusão, é necessário buscar a reestruturação da atitude desenvolvida até então marcada por princípios e valores socioculturais que se caracterizam pela exclusão das crianças com necessidades educativas especiais do seio da sociedade. Simultaneamente, urge buscar a construção de uma sociedade inclusiva, com respostas humanizadoras que, obviamente, deverão se refletir no presente e no futuro dos seres humanos, independentemente de suas condições e potenciais, os quais terão o direito às mesmas oportunidades de inserção, inclusão e realização psicossocial.

A política da segregação, da exclusão é anti-humana, na medida em que a condição de ser deficiente é inequivocamente uma probabilidade da condição de “não-deficiente”. São urgentes não só novas atitudes, mas também novas formas de intervenção, para promover ações que venham a contribuir para o processo de humanização.

Os postulados de Vigotsky (1984) demonstram que o homem, como ser histórico-social, constitui-se na sua interação com o meio que transforma, e é transformado nas relações sociais produzidas numa determinada cultura. Assim o conceito de deficiência será produzido a partir das concepções da sociedade onde o sujeito está inserido. A deficiência, pois, recai sobre o ser humano determinando estigmas e estereótipos.

Vigotsky (1984, p.33) enfatiza que a “estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social”. Para se humanizar, o indivíduo precisa crescer num ambiente social e interagir com outras pessoas. O seu desenvolvimento está intimamente ligado ao meio social de forma dinâmica, através de rupturas e desequilíbrios provocadores de contínuas reorganizações. E

essas reorganizações são mediadas pelo outro, que restringe, circunscreve e outorga a acepção da realidade.

Na concepção vigotskiana, coerente com os pressupostos do materialismo dialético, no processo de humanização, o biológico e o social não estão dissociados, pois exercem influência recíproca. O homem só se constitui como tal pelas interações com o meio; portanto, o desenvolvimento das suas estruturas se dá pela experiência histórica e cultural. Nesse processo, ao mesmo tempo que o sujeito internaliza as formas culturais, metamorfoseando-se, intervém em seu meio e sua cultura. Maturana e Varela (1995, apud CARVALHO, 2000b, p.21) afirmam:

[...]refletir na condição humana como uma natureza cuja evolução e realização está no encontro do ser individual com sua natureza última que é o ser social. Portanto se o desenvolvimento individual depende da interação social, a própria formação, o próprio mundo de significados em que se existe é em função do viver com os outros. A aceitação do outro, é então, o fundamental para que o ser observador ou autoconsciente possa aceita-se plenamente a si mesmo.

Assim, o desenvolvimento se dá pela acumulação de experiências com o meio social. Desse modo, o ser humano não só é um produto de seu contexto social, mas também um agente ativo na criação desse contexto. Deve-se ressaltar que não se trata de um processo de aglutinação, mas de interação dialética entre a cultura e o fator biológico, entre as estruturas mentais do sujeito e as relações que exercem com o meio. Para Vigotsky (1984, p.22), o desenvolvimento do sujeito humano e de sua singularidade se dá a partir das constantes interações com o meio social em que vive, já que as formas psicológicas mais sofisticadas emergem da vida social.

Portanto o alvo deste projeto é a implantação de uma **ESCOLA TRANSITÓRIA** onde os alunos aos poucos ingressem na escola regular, pois consideramos assim como Vigotsky(1984, p. 45) que a escola especial nunca deve romper o vínculo com a escola regular. Por outro lado ele mesmo ressalta o trabalho objetivo-prático com jogos, atividade conjunta e a interação da criança com necessidade educativa especial. Vigotsky (1984, p. 67) acredita que o desenvolvimento é paulatino, de evolução contínua e os educadores devem acreditar neste fato.

O projeto tem como objetivos:

- Discutir com os estudantes de Fisioterapia e Pedagogia os fundamentos teóricos-metodológicos da Educação Especial;
- Organizar o processo pedagógico na clínica de forma que oportunize para a criança um melhor desenvolvimento das suas potencialidades;
- Criar, na medida do possível, serviços adequados, ultrapassando a pobreza do equipamento escolar, superando processos arbitrários de diagnóstico e de classificação;
- Intensificar a inovação dos processos de formação dos professores.

Neste sentido, luta-se por uma escola de qualidade. A escola deve ser uma instituição que se responsabilize em garantir educação de qualidade para todos os alunos apesar de suas diferenças. O conceito de escola aberta a diversidade não pode ser interpretada como uma unidade escolar que garanta espaço físico ou que matricule a todos, o importante é preparar-se com recursos pedagógicos o suficiente para garantir o desenvolvimento de todos os alunos.

Propõe-se uma metodologia de análise e interpretação de uma realidade, uma construção teórica que sirva de auxílio à apreensão organizada das relações sociais, portanto, das relações educacionais, uma vez que a educação é um tipo especial de prática social inserida na prática social global, num tempo e num espaço. A mudança do paradigma mecanicista para um paradigma aberto, ecológico inclui também uma mudança na organização social, portanto, na organização da prática educacional.

Nessa perspectiva é que se procura trabalhar em um ambiente de diálogo, de forma cooperativa buscando construir zonas de desenvolvimento próximo, possibilitando a construção do conhecimento, tanto das crianças, como dos estudantes dos Cursos de Fisioterapia e Pedagogia.

O estudo da teoria de Vigotsky contribuiu para a construção de uma abordagem crítica e historicizada, que busca ultrapassar a dicotomia entre a teoria proclamada e a prática realizada, para ir às raízes do problema, que estão na vinculação da prática de uma determinada concepção de mundo, mediada por uma teoria que de fato guia a prática. Na verdade, a não compreensão da dinâmica dos elementos mediadores tem respaldado a construção intencional da concepção de homem e de mundo. Por isso, existe a urgência da elaboração de um corpo teórico mediador entre o âmbito dos fundamentos filosóficos, históricos e sociológicos e o âmbito dos estudos sobre o que fazer na prática.

Daí tem-se como ações a serem alcançadas no projeto:

- Identificação das necessidades educativas especiais dos educandos impedidos de freqüentarem a escola, quer seja de forma permanente ou transitória;
- Definição e implantação de estratégias de flexibilização e adaptação curricular;
- Proposição de procedimentos didáticos-pedagógicos e as práticas alternativas necessárias ao ensino dos alunos;
- Assessoramento das escolas com relação a inclusão dos educandos que estiverem afastados do sistema educacional;
- Consulta ao prontuário e registro, quando necessário, de informações sobre o paciente;
- Atuação na formação pedagógica dos estudantes para que eles tenham noções sobre as deficiências, doenças, ou condições psicossociais vivenciadas pelas crianças com necessidades educativas especiais;
- Organização da escola de pais;
- Adequação e adaptação do ambiente, das atividades e dos materiais;
- Avaliação e acompanhamento de cada educando, no que se refere aos aspectos de socialização, cooperação, independência e construção de conhecimento;
- Planejamento do dia-a-dia da turma, registro e avaliação do trabalho pedagógico desenvolvido;
- Elaboração dos princípios básicos para serem alcançados a partir dos objetivos propostos.

A maioria dessas ações ainda estão sendo implementadas, pois o processo é longo e necessita de muito apoio, pois, segundo César Coll (1994, p.7), “[...]aprender é construir significado para a pessoa que aprende” e ensinar é “[...] em primeiro lugar saber como aprendem as crianças com Paralisia Cerebral, e segundo lugar como aprendem com maior eficiência, com maior qualidade.

Vigotsky(1993) nos leva a examinar os aspectos que conduzem o homem a lutar por seus direitos, tentando fugir do domínio do condicionamento estímulo-resposta como pregava Pavlov, reestruturando e encontrando possíveis saídas para as diversas situações de vida por meio de mediadores.

A ação pedagógica nas primeiras fases do desenvolvimento infantil tem importância preponderante tendo maiores possibilidades de ser eficaz:

- O meio ambiente influencia enormemente na aprendizagem através de estimulação direta ou indireta;
- Os primeiros anos da criança são épocas mais favoráveis para a eficácia das estimulações já que é a fase da vida que existe maior velocidade no desenvolvimento psicofísico;
- As ofertas educativas que se apresentam as crianças nesta idade requerem um esforço educativo consideravelmente menor do que em épocas posteriores.

As primeiras pessoas que exercem ação educativa com as crianças são os pais, por conseguinte considera-se necessário o apoio e orientações através de palestras e oficinas sobre as possibilidades de desenvolvimento das crianças com Paralisia Cerebral.

A prática pedagógica na clínica pretende desenvolver a motricidade, a percepção, a linguagem, a sociabilidade e a afetividade das crianças, entendendo-se esses aspectos de forma global e não um treinamento com funções isoladas. Porém procura-se desenvolver ações didáticas para que a criança consiga viver neste mundo, apresentando atividades que ajudem a adquirir capacidade de desenvolver-se como um ser humano integral.

A eleição dos objetivos e conteúdos de aprendizagem dependerá da situação pessoal de cada indivíduo. Consideram-se os princípios de Piaget sobre a aprendizagem citados por Speck(1978,p86):

Princípio da estruturação: a instrução, o ensino dirigido, deve fracionar-se em pequenas partes para que seja possível alcançar os objetivos propostos;

Princípio da transferência: a atividade deve relacionar-se as ações da vida cotidiana, combinando objetos a situações;

Princípio da Língua associado a ação: os atos devem estar associados às palavras correspondentes para que se produza a união entre o sistema de signos verbais e a experiência;

Princípio da motivação social: é necessário criar uma série de condições de aprendizagens positivas nos aspectos sociais e afetivos, do contrário pode afetar sensivelmente a disposição da criança com necessidade educativa especial em frente da aprendizagem e dos resultados obtidos.

O discurso e a ação pedagógica que se implementa é de uma educação para a inclusão. O significado da inclusão é múltiplo e contraditório e origina-se desse apelo plural das múltiplas vozes desejantes de participação, que se confronta com uma sociedade massificada, na qual os homens se encontram cada vez mais no entorno de si próprios.

Não significa apenas colocar pessoas “diferentes” num lugar em que não costumavam estar. Significa não mais conceber as necessidades especiais como imutáveis, ou incapacitantes. Significa, sim, conscientizar a sociedade para entender que a deficiência não é responsabilidade exclusiva de seu “portador”, cabendo a ela modificar-se para propiciar uma inserção total de quaisquer indivíduos, independentemente de seus déficits ou necessidades. E mais: exigir a consciência da necessidade de lutar por uma sociedade mais sensível, que deseje conviver com a diversidade e com ela aprender. Quem sabe essa luta poderá acordar o homem do assujeitamento homogeneizante a que se submeteu, criando condições para a abertura de novos valores na sociedade.

A sociedade parece sensibilizar-se com o discurso da inclusão, mas se contradiz na medida em que ocorre a massificação de valores que incorpora, mostrando-se adormecida diante dos efeitos que produz nas pessoas com deficiências. Só buscando uma sociedade inclusiva poder-se-á superar os obstáculos intransponíveis, conduzindo a um processo crescente de diminuição e, quem sabe, de aniquilação da discriminação, contribuindo, dessa forma, para o processo de humanização pela compreensão do homem em sua totalidade, respaldando a concepção do ser humano como um ser inacabado, conjunto de possíveis, feixe de possibilidades.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. *Pensar a diferença / Deficiência*. Brasília: Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE): 1994.

CARVALHO, R. E. *A Nova LDB e a Educação Especial*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

